J.P.Morgan

JPMorgan Chase Bank, National Association

C.N.P.J. nº 46.518.205/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre, a Instituição apresentou um lucro líquido de R$ 7.481 mil, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro líquido de R$ 7.176 mil.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		2.640.371	980.529
Disponibilidades		13.809	4.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	404.823	364.868
Aplicações no mercado aberto		64.704	21.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros		340.119	342.869
Instrumentos financeiros derivativos	6	57.257	38.993
Instrumentos financeiros derivativos		57.257	38.993
Outros créditos	7 e 8	2.164.434	572.229
Carteira de câmbio		2.164.364	572.116
Diversos		70	113
Outros valores e bens		48	35
Despesas antecipadas		48	35
Realizável a longo prazo		157.262	74.650
Instrumentos financeiros derivativos	6	95.449	13.820
Instrumentos financeiros derivativos		95.449	13.820
Outros créditos	8	61.813	60.830
Diversos		61.813	60.830
Permanente		38	38
Investimentos		38	38
Outros investimentos		38	38
Total do ativo		**2.797.671**	**1.055.217**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		2.277.449	631.232
Depósitos	9	50.126	12.433
Depósitos a prazo		50.126	12.433
Instrumentos financeiros derivativos	6	57.000	38.856
Instrumentos financeiros derivativos		57.000	38.856
Outras obrigações	7 e 8	2.170.323	579.943
Carteira de câmbio		2.164.364	572.116
Fiscais e previdenciárias		4.929	6.837
Diversas		1.030	990
Exigível a longo prazo		119.009	37.429
Instrumentos financeiros derivativos	6	94.363	13.806
Instrumentos financeiros derivativos		94.363	13.806
Outras obrigações	8 e 10	24.646	23.623
Fiscais e previdenciárias		24.646	23.623
Patrimônio líquido	12	401.213	386.556
Capital social		258.218	208.218
De domiciliados no exterior		258.218	208.218
Reservas de capital		18.617	18.617
Reservas de lucros		116.897	149.238
Lucros acumulados		7.481	10.483
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.797.671**	**1.055.217**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2018	2017
Receitas de intermediação financeira		14.611	21.060
Resultado de aplicações no mercado aberto		11.206	20.736
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	1.291	44
Resultado de operações de câmbio		2.114	280
Despesas de intermediação financeira		(147)	(1.501)
Operações de captação no mercado		(147)	(1.501)
Resultado bruto da intermediação financeira		14.464	19.559
Outras receitas (despesas) operacionais		(973)	(502)
Outras despesas administrativas	14b	(558)	(411)
Despesas tributárias		(686)	(916)
Outras receitas operacionais	14a	708	1.511
Outras despesas operacionais		(437)	(686)
Resultado operacional		13.491	19.057
Resultado antes da tributação sobre o lucro		13.491	19.057
Imposto de renda e contribuição social	11	(6.010)	(8.574)
Provisão para imposto de renda		(3.043)	(4.600)
Provisão para contribuição social		(2.439)	(3.691)
Ativo fiscal diferido		(528)	(283)
Lucro líquido do semestre		**7.481**	**10.483**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Subvenções para investimento	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016		208.218	18.617	15.705	133.533	-	376.073
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	10.483	10.483
Em 30 de junho de 2017		208.218	18.617	15.705	133.533	10.483	386.556
Em 31 de dezembro de 2017		208.218	18.617	16.588	150.309	-	393.732
Aumento de capital	12	50.000	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	7.481	7.481
Em 30 de junho de 2018		258.218	18.617	16.588	100.309	7.481	401.213

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2018	2017
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		**7.687**	**9.938**
Lucro Líquido do semestre		7.481	10.483
Ajuste ao Lucro Líquido:		206	(545)
Atualização de depósitos judiciais	14a	(690)	(1.509)
Provisões para contingências	10b	368	681
Ativo fiscal diferido	11	528	283
Variação de Ativos e Obrigações		**(310.972)**	**(436.651)**
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(340.119)	(342.869)
(Aumento) / Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos / Passivos)		(1.202)	96
Aumento em outros créditos		(152.472)	(147.045)
Aumento em outros valores e bens		(48)	(35)
Aumento / (Redução) em depósitos		37.216	(84.480)
Aumento em outras obrigações		157.731	155.095
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.078)	(17.413)
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais		**(303.285)**	**(426.713)**
Redução líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(303.285)**	**(426.713)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		381.798	453.116
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	78.513	26.403
Redução líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(303.285)**	**(426.713)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição") atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association (com sede em Nova Iorque, Estados Unidos da América), autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. **(b) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de *swaps* e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de *swaps* e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Para cálculo do valor de mercado de opções são utilizados os seguintes critérios: *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. **(c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. **(e) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 30 de junho de 2018: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(g) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R$ 13.809 (2017 – R$ 4.404) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 64.704 (2017 – R$ 21.999) (Nota 5).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros realizadas com empresas do grupo no valor de R$ 340.119 (2017 – R$ 342.869) com vencimento em janeiro de 2019 (2017 – janeiro de 2018) e aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R$ 64.704 (2017 – R$ 21.999) com vencimento em julho de 2018 (2017 – em julho de 2017).

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2018	Valor nominal 2017
Operações de swap	**63.898**	**63.898**	**1.521.786**	**1.330.503**
Moedas	-	-	-	1.330.503
Outros	63.898	63.898	1.521.786	-
Outros derivativos	**88.808**	**87.465**	**1.945.307**	**640.570**
Moedas	88.808	87.465	1.945.307	640.570
Operações com opções	**-**	**-**	**-**	**215.424**
Compra de opção	**-**	**-**	**-**	**107.712**
Compra de dólar	-	-	-	58.212
Venda de dólar	-	-	-	49.500
Venda de opção	**-**	**-**	**-**	**107.712**
Compra de dólar	-	-	-	58.212
Venda de dólar	-	-	-	49.500

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/ Perdas não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
Ativo	**161.028**	**(8.322)**	**152.706**	**52.813**
Operações de *swap*	75.164	(11.266)	**63.898**	**15.556**
Outros derivativos	85.864	2.944	**88.808**	**32.044**
Operações com opções	-	-	**-**	**5.213**
Passivo	**160.754**	**(9.391)**	**151.363**	**52.663**
Operações de *swap*	75.164	(11.266)	**63.898**	**15.556**
Outros derivativos	85.590	1.875	**87.465**	**31.894**
Operações com opções	-	-	**-**	**5.213**

c. Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017
Operações de *swap*	-	-	657.280	864.506	**1.521.786**	**1.330.503**
Outros derivativos	324.738	793.719	826.850	-	**1.945.307**	**640.570**
Operações com opções - comprada	-	-	-	-	**-**	**107.712**
Operações com opções - vendida	-	-	-	-	**-**	**107.712**

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão (Cetip)	Total 2018	Total 2017
Operações de *swap*	1.521.786	**1.521.786**	**1.330.503**
Outros derivativos	1.945.307	**1.945.307**	**640.570**
Operações com opções - comprada	-	**-**	**107.712**
Operações com opções - vendida	-	**-**	**107.712**

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Fundos de investimentos	Total 2018	Total 2017
Operações de *swap*	760.893	432.253	328.640	**1.521.786**	**1.330.503**
Outros derivativos	995.373	949.934	-	**1.945.307**	**640.570**
Operações de opções	-	-	-	**-**	**215.424**

f. Resultado por produto

	Receita	Despesa	Resultado líquido 2018	Resultado líquido 2017
Operações de *swap*	94.048	(94.048)	**-**	**-**
Outros derivativos	90.886	(89.595)	**1.291**	**44**

7. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados por câmbio comprado a liquidar no valor de R$ 1.080.543 (2017 – R$ 286.195) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R$ 1.083.821 (2017 – R$ 285.921). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R$ 1.080.543 (2017 – R$ 286.195) e obrigações por compra de câmbio no valor de R$ 1.083.821 (2017 – R$ 285.921).

8. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos – diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 4.314 (2017 – R$ 4.586) (Nota 11), impostos e contribuições a compensar e recuperar no valor de R$ 629 (2017 – R$ 619) e devedores por depósitos em garantia de R$ 56.906 (2017 – R$ 55.718) (Nota 10 (a)).

"Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R$ 4.531 (2017 – R$ 6.676) e provisões relacionadas a questionamentos judiciais no valor de R$ 24.488 (2017 – R$ 23.623) (Nota 10 (a)).

9. Depósitos

	Até 3 meses	Total 2018	Total 2017
Depósitos a prazo	50.126	**50.126**	**12.433**
Total	**50.126**	**50.126**	**12.433**

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais 2018	Depósitos judiciais 2017	Provisões 2018	Provisões 2017
Fiscais e previdenciárias	56.906	55.718	24.488	23.623
Total	**56.906**	**55.718**	**24.488**	**23.623**

b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias	Total 2018	Total 2017
Saldo inicial	**24.461**	**24.461**	**22.942**
Despesas financeiras - juros	368	368	681
Anistia	(341)	(341)	-
Saldo final	**24.488**	**24.488**	**23.623**

c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras e (ii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 21% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R$ 41.075, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/17. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **d) Fiscais e previdenciárias – outros passivos contingentes:** A Instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R$ 25.605 (2017 – R$ 25.122). A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes avaliados com chances de êxito possível, pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, que envolvem (i) a imposição de IRPJ, CSLL, no valor de R$ 827 (2017 – R$ 791) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP; (ii) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R$ 1.844 (2017 – R$ 1.810). Por decisão da Instituição, foi constituída provisão para os débitos mencionados no item (ii) acima.

11. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Contingências fiscais	3.909	4.190
Provisão de honorários advocatícios	368	360
Outras	37	36
Total de créditos tributários – ativo	**4.314**	**4.586**
IR diferido – MTM – passivo	**428**	**24**

No semestre foi constituído crédito tributário de R$ 27 (2017 – R$ 20) e realizado o montante de R$ 163 (2017 – R$ 303) sobre diferenças temporárias. Para o IR diferido passivo, foi constituido o valor de R$ 392. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 4.314 é estimada em 1% no 1º ano, 2% nos 2º e 3º anos, 5% nos 4º e 5º anos, 10% nos 6º e 7º anos, 20% nos 8º e 9º anos e, 25% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 1.907 (2017 - R$ 2.233). O valor de créditos tributários, no montante de R$ 1.419 (2017 – R$ 1.419), sobre prejuízo fiscal não ativados em função da realização esperada desses créditos não estar prevista no prazo de dez anos, conforme Resolução nº 3.355. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	13.491	19.057
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(6.071)	(8.575)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1	(2)
Efeito CSLL 5%	53	-
Contingências	(5)	-
Outros	12	3
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	61	1
Total da Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	**(6.010)**	**(8.574)**

12. Patrimônio líquido: O capital social representa os investimentos da matriz, acrescidos dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. O capital estrangeiro registrado no BACEN é de US$ 60.211.065,96 e Euro 3.135,49. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. Em Deliberação realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 26 de junho de 2018. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

13. Transações com partes relacionadas:

(Grupo J.P. Morgan)

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas e controladas do Grupo.

	2018 Ativos/ (Passivos)	2018 Receitas/ (Despesas)	2017 Ativos/ (Passivos)	2017 Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades em moeda estrangeira	**13.760**	**-**	**4.314**	**-**
JPMorgan Chase Bank, National Association	13.760	-	4.314	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**340.119**	**10.481**	**342.869**	**19.662**
Banco J.P. Morgan S.A.	340.119	10.481	342.869	19.662
Aplicações em operações compromissadas	**64.704**	**725**	**21.999**	**1.074**
Banco J.P. Morgan S.A.	64.704	725	21.999	1.074
Instrumentos financeiros derivativos	**55.059**	**(2.550)**	**(6.325)**	**7.736**
Banco J.P. Morgan S.A.	427	(2.550)	8.478	4.710
Lawton Multimercado	54.632	-	(14.803)	3.026
Operações de câmbio	**(4.043)**	**(4.099)**	**(211)**	**(6.957)**
Banco J.P. Morgan S.A.	(4.043)	(4.099)	(211)	(6.957)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

14. Outras informações: a) "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre depósitos judiciais no valor de R$ 690 (2017 – R$ 1.509). b) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas com o sistema financeiro no valor de R$ 231 (2017 – R$ 268) e despesas de serviços técnicos especializados no valor de R$ 252 (2017 – R$ 74). c) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, a Instituição possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

Continua...

...continuação

J.P.Morgan

JPMorgan Chase Bank, National Association

C.N.P.J. nº 46.518.205/0001-64

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
JP Morgan Chase Bank, National Association
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3